

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2 ° TRIMESTRE DE 2024

Rio de Janeiro
30 de junho 2024

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

CNPJ 06.977.747/0001-80

Balanco Patrimonial

(em milhares de reais)

	Notas	30/06/2024	31/12/2023
ATIVO			
Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	47.335	33.538
Impostos a Recuperar	6	2.674	3.614
Adiantamentos Concedidos	7	3.028	750
Outros ativos	8	4.692	2.178
		57.729	40.080
Não Circulante			
Impostos a Recuperar	6	188	180
Depósitos Judiciais	9	5.754	5.600
Imobilizado	10	5.348	5.515
Direito de uso	11	16.347	17.709
Intangível	12	2.029	2.676
		29.666	31.680
TOTAL DO ATIVO		87.395	71.760
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	13	1.061	883
Obrigações Tributárias	14	3.045	2.881
Obrigações Trabalhistas e Sociais	15	21.049	15.302
Obrigações com a Cessão de Pessoal		27	30
Previdência Privada Complementar	17	798	698
Arrendamento	11	2.607	2.544
		28.587	22.338
Não Circulante			
Provisões para Contingências	16	11.181	11.016
Arrendamento	11	15.124	16.443
		26.305	27.459
Patrimônio Líquido			
Capital Social	18	31.458	31.019
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	19	690	439
Prejuízos Acumulados	20	355	(9.495)
		32.503	21.963
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		87.395	71.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Resultado
(em milhares de reais)

	Notas	30/06/2024 (Acumulado)	30/06/2024 (Trimestre)	30/06/2023 (Acumulado) reapresentado	30/06/2023 (Trimestre) reapresentado
RECEITA LÍQUIDA		-	-	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22				
Remunerações		(28.358)	(13.946)	(22.362)	(11.297)
Encargos Sociais		(8.312)	(4.123)	(6.504)	(3.310)
Benefícios		(4.426)	(2.086)	(3.070)	(1.613)
Serviços de Terceiros		(5.892)	(4.952)	(5.281)	(1.280)
Gerais de Funcionamento das Instalações		(1.299)	(668)	(1.198)	(617)
Gerais da Administração		(1.687)	(869)	(1.948)	(1.262)
Impostos, Taxas e Contribuições		(189)	(89)	(169)	(79)
		(50.163)	(26.733)	(40.532)	(19.458)
RESULTADO BRUTO		(50.163)	(26.733)	(40.532)	(19.458)
DESPESAS OPERACIONAIS	22				
Remunerações		(11.689)	(5.884)	(8.947)	(4.535)
Encargos Sociais		(3.186)	(1.623)	(2.599)	(1.321)
Benefícios		(2.049)	(1.005)	(1.350)	(788)
Materiais		(11)	(6)	(16)	(4)
Serviços de Terceiros		(3.109)	(1.543)	(2.647)	(1.524)
Impostos, Taxas e Contribuições		(1.260)	(347)	(234)	(41)
Gerais de Funcionamento das Instalações		(3.442)	(1.728)	(3.525)	(1.776)
Gerais da Administração		(1.322)	(740)	(1.624)	(844)
Provisão para Contingências		167	-	(16)	(16)
		(25.901)	(12.876)	(20.958)	(10.849)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS					
Recursos Recebidos do Tesouro Nacional	23	79.053	40.772	63.602	29.692
Reembolso de Custos e Despesas – Leilões	24	9.824	2.973	1.924	-
Outras receitas		236	236	-	-
		89.113	43.981	65.526	29.692
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		13.049	4.372	4.036	(615)
Receitas Financeiras	25	615	261	298	117
Despesas Financeiras	25	(851)	(328)	(1.474)	307
		(236)	(67)	(1.176)	424
LUCRO ANTES DO IRPJ E DA CSLL		12.813	4.305	2.860	(191)
IRPJ/CSLL correntes	26	(2.963)	(974)	(874)	189
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.850	3.331	1.986	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Resultado Abrangente
(em milhares de reais)

	<u>30/06/2024</u> <u>(Acumulado)</u>	<u>30/06/2024</u> <u>(Trimestral)</u>	<u>30/06/2023</u> <u>(Acumulado)</u>	<u>30/06/2023</u> <u>(Trimestral)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.850	3.331	1.986	(2)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	9.850	3.331	1.986	(2)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração da Muta  o do Patrim  nio Líquido
(em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022 (reapresentado)		28.469	2.550	(6.737)	24.282
Aumento de Capital	18	2.550	(2.550)	-	-
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	19	-	28	-	28
Lucro do período	20	-	-	1.986	1.986
Saldos em 30/06/2023 (reapresentado)		31.019	28	(4.751)	26.296
Saldos em 31/12/2023		31.019	439	(9.495)	21.963
Aumento de Capital	18	439	(439)	-	-
Adiant. para Futuro Aumento de Capital	19	-	690	-	690
Lucro do período	20	-	-	9.850	9.850
Saldos em 30/06/2024		31.458	690	355	32.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstra  es financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração dos Fluxos de Caixa
(em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023
	<u></u>	<u>reapresentado</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	9.850	1.986
Recebimento de Subvenções	(79.053)	(63.602)
Depreciação e amortização	2.866	2.974
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	452	510
Adições/atualizações/reversões nas provisões para contingências	165	979
Atualização monetária tributos a compensar/depósitos judiciais	(257)	(254)
Variação nos saldos de ativos e passivos		
Adiantamentos concedidos	(2.278)	(1.693)
Outros ativos	(2.514)	(539)
Depósitos judiciais	-	(86)
Impostos a recuperar	1.035	(981)
Fornecedores	178	285
Obrigações tributárias	2.669	1.931
Obrigações trabalhistas e sociais	5.747	3.503
Previdência privada complementar	100	-
Obrigações com cessão de pessoal	(3)	8
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>(61.043)</u>	<u>(54.979)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(2.505)</u>	<u>(1.177)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	<u>(63.548)</u>	<u>(56.156)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de Imobilizado	<u>(690)</u>	<u>(59)</u>
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	<u>(690)</u>	<u>(59)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização arrendamento mercantil (CPC 06)	(1.708)	(1.658)
Recursos recebidos do Tesouro Nacional	79.053	63.602
Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	690	28
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamentos	<u>78.035</u>	<u>61.972</u>
Variação caixa e equivalentes de caixa	<u><u>13.797</u></u>	<u><u>5.757</u></u>
No início do exercício	33.538	30.622
No fim do exercício	47.335	36.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE
CNPJ 06.977.747/0001-80
Demonstração do Valor Adicionado em
(em milhares de reais)

	30/06/2024	30/06/2023 reapresentado
Receitas		
Subsídios Públicos	79.053	63.602
Outras Receitas	10.087	1.966
	89.140	65.568
Insumos		
Materiais, utilidades, serviços de terceiros e outros	12.823	11.877
	12.823	11.877
Valor Adicionado Bruto	76.317	53.691
Depreciação e Amortização	(2.866)	(2.974)
Valor Adicionado Líquido produzido	73.451	50.717
Valor Adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	615	298
	615	298
Valor Adicionado Total a Distribuir	74.066	51.015
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	41.035	32.677
Benefícios	6.475	4.420
FGTS	3.194	2.516
Contingências trabalhistas	(167)	-
	50.537	39.613
Governos (Impostos, taxas e contribuições)		
Federais (inclui a contribuição previdenciária e sindical)	12.445	7.653
Estaduais (inclui IPVA)	23	21
Municipais	250	222
Contingências fiscais	-	16
	12.718	7.912
Remuneração do capital de terceiros		
Juros, multas e atualizações monetárias	851	1.474
Aluguéis	110	30
	961	1.504
Remuneração dos capitais próprios		
Lucro líquido do período	9.850	1.986
	9.850	1.986
Valor Adicionado Total Distribuído	74.066	51.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando identificado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Pesquisa Energética – EPE é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME e constituída nos termos da Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 5.184 de 16 de agosto de 2004.

A EPE tem como atividade principal prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como: energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, dentre outras.

Compete também a EPE:

- Elaborar e publicar o balanço energético nacional;
- Identificar e quantificar os potenciais de recursos energéticos;
- Dar suporte e participar das articulações relativas ao aproveitamento energético de rios compartilhados com países limítrofes;
- Obter a licença prévia ambiental e a declaração de disponibilidade hídrica necessárias às licitações envolvendo empreendimentos de geração hidrelétrica e de transmissão de energia elétrica selecionados.

O atual Estatuto Social da EPE foi aprovado na 18ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024.

A partir da publicação da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 11.647, de 24 de março de 2008, a EPE passou a integrar o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Na qualidade de empresa pública dependente, vinculada ao MME, a Empresa, a partir de abril de 2008, passou a receber subsídios públicos para custeio e investimento de suas atividades comerciais.

De acordo com o art. 6º, § 2º, inciso I, do Estatuto Social da EPE c/c art. 8º, § 2º, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, a EPE deve, por dever de transparência, evidenciar nas demonstrações financeiras as obrigações ou responsabilidade assumidas em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado. No entanto, em relação à EPE, é digno de registro que a justificativa que embasou sua criação está relacionada ao resgate da função estatal de planejamento do setor de energia. Para tanto, concebeu-se uma empresa cuja finalidade seria desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar “a formulação, o planejamento e a implementação de ações do Ministério de Minas e Energia, no âmbito da política energética nacional” (parágrafo único do art. 4º da Lei nº 10.847/2004).

A razão de existir da EPE está intrinsecamente relacionada às políticas públicas do setor de energia, das quais não pode necessariamente se afastar, sob pena de desvio do interesse público que justificou sua criação. Logo, em razão desta íntima relação com as políticas públicas do setor de energia, com a qual não concorre com qualquer outra empresa, é natural que o desempenho da atividade empresarial da EPE seja impactado, visto que orientado ao objetivo de subsidiar com estudos e pesquisas o Ministério de Minas e Energia no âmbito da política energética nacional. A atividade empresarial da EPE não é exercida em prol da maximização do retorno do investimento do acionista, que é a finalidade precípua das empresas privadas, mas sim pela eficiente realização das responsabilidades que lhe são atribuídas por lei e pelo Ministério de Minas e Energia. Em razão deste condicionamento das atividades empresariais, a EPE recebe da União os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades.

1.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A LOA de 2024 – Lei 14.822/24 - foi publicada no dia 22 de janeiro fixando as despesas da EPE para o exercício corrente. O montante total do orçamento é suficiente para cobrir todas as despesas desse exercício. Ao longo do mês de junho as suplementações e alterações orçamentárias previstas para as despesas discricionárias foram efetivadas. Com isso, o orçamento da EPE está perfeitamente organizado para os gastos planejados. O semestre fechou com uma execução total de 88% e execução de 59% das despesas discricionárias.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A) DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade *Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

B) MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da EPE é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

C) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias em conformidade com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), exige que a Companhia utilize julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados dos ativos e passivos, das receitas e despesas e divulgações. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

D) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

E) DATA DE APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 19 de agosto de 2024, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras intermediárias da EPE e autorizou sua divulgação.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais da EPE relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, conforme evidenciada nas referidas demonstrações financeiras e devem ser analisadas em conjunto.

Até o momento, não há mudanças nas normas e emendas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC com vigor a partir do exercício 2024, que possam impactar as demonstrações da companhia.

3.1. REAPRESENTAÇÃO DOS VALORES CORRESPONDENTES

A Companhia está reapresentando a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado relativas a 30 de junho de 2023, originalmente autorizadas em 16 de maio de 2023.

A reapresentação deve-se a reclassificações e equalizações de práticas contábeis aplicáveis às informações relativas aos períodos anteriores devido a aplicação da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) na contabilização dos arrendamentos.

Além disso, foram realizadas reclassificações na Demonstração do Resultado do Exercício para melhor apresentação da natureza das transações.

Tais mudanças foram aplicadas de maneira retrospectiva, de forma a ajustar o exercício de 30 de junho de 2023, apresentado para fins de comparação com o exercício atual, como se estivesse correto na respectiva data, sendo os ajustes registrados em Lucros ou Prejuízos acumulados, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A adoção dessa norma não traz efeito fiscal no tocante ao IRPJ e CSLL porque a amortização do direito de uso e o encargo financeiro do AVP são neutralizado como adição na apuração do lucro real e a contraprestação (aluguel mensal), que apesar de não transitar por resultado, continua sendo uma despesa dedutível, logo considerada como exclusão da base de cálculo.

Os impactos estão demonstrados nos quadros abaixo.

a) Demonstração do resultado:

	30/06/2023 (Publicado)	Ajustes	30/06/2023 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	-	-	-
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Gerais de Funcionamento das Instalações	(2.371)	1.173	(1.198)
Outros Custos dos Serviços Prestados não Afetados	(39.334)	-	(39.334)
	(41.705)	1.173	(40.532)
RESULTADO BRUTO	(41.705)	1.173	(40.532)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais de Funcionamento das instalações	(2.648)	(877)	(3.525)
Outras despesas Operacionais não Afetadas	(17.433)	-	(17.433)
	(20.081)	(877)	(20.958)
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	65.526	-	65.526
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	3.740	296	4.036
Despesas Financeiras	(963)	(511)	(1.474)
Outras Receitas e Despesas Financeiras não Afetadas	298	-	298
	(665)	(511)	(1.176)
RESULTADO ANTES DO IRPJ E DA CSLL	3.075	(215)	2.860
Despesas com Provisões de IRPJ e CSLL	(874)	-	(874)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	2.201	(215)	1.986

b) Demonstração dos fluxos de caixa:

	30/06/2023 (Publicado)	Ajustes	30/06/2023 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do período	2.201	(215)	1.986
Depreciação e amortização	1.612	1.362	2.974
Ajuste a valor presente de arrendamento mercantil	-	510	510
Outras atividades operacionais não afetadas	(62.878)	1	(62.877)
Variação nos saldos de ativos e passivos não afetados	1.251	-	1.251
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(57.814)	1.658	(56.156)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos não afetados	(59)	-	(59)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(59)	-	(59)

Amortização arrendamento	-	(1.658)	(1.658)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento não afetados	63.630	-	63.630
Caixa líquido gerado pelas atividades financiamentos	63.630	(1.658)	61.972
Variação caixa e equivalentes de caixa	5.757	-	5.757
No início do período	30.622	-	30.622
No fim do período	36.379	-	36.379
Variação caixa e equivalentes de caixa no final do período	5.757	-	5.757

c) Demonstração do valor adicionado:

	30/06/2023 (Publicado)	Ajustes	30/06/2023 (Reapresentado)
Receitas	65.568	-	65.568
Insumos	(11.877)	-	(11.877)
Valor Adicionado Bruto	53.691	-	53.691
Depreciação e Amortização	(1.612)	(1.362)	(2.974)
Valor Adicionado Líquido produzido	52.079	(1.362)	50.717
Valor Adicionado recebido em transferência	298	-	298
Valor Adicionado Total a Distribuir	52.377	(1.362)	51.015
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	39.629	(16)	39.613
Governos (Impostos, taxas e contribuições)	7.896	16	7.912
Remuneração do capital de terceiros			
Juros e multas	963	511	1.474
Aluguéis	1.688	(1.658)	30
	2.651	(1.147)	1.504
Remuneração dos capitais próprios			
Resultado do período	2.201	(215)	1.986
	2.201	(215)	1.986
Valor Adicionado Total Distribuído	52.377	(1.362)	51.015

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, o que normalmente coincide com seu valor de aquisição, mais os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

Ativos Financeiros	30/06/2024	31/12/2023
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	47.335	33.538
	47.335	33.538

Passivos Financeiros

Custo amortizado

Fornecedores	1.061	883
Arrendamentos	17.731	18.987
	18.792	19.870

Caixa e fornecedores - Decorrem diretamente das operações da Empresa, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O custo histórico reflete o valor justo de mensuração.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os recursos estão identificados por fontes e vinculações oriundas do Tesouro Nacional (a) e por fontes de origem próprias (b), destinam-se principalmente ao pagamento de fornecedores, pessoal próprio e pessoal cedido de outras empresas estatais e de órgãos públicos, encargos sociais e previdência privada, vencíveis no início do mês seguinte, em consonância com as Programações Financeiras enviadas ao MME.

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
A - Recursos do Tesouro Nacional (Conta Limite de Saque)	9.810	5.012
B - Recursos Próprios	37.525	28.526
Total	47.335	33.538

Em 2024 impactado positivamente pelos recebimentos de reembolso de leilões.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

Os créditos tributários a recuperar ou a compensar originaram-se de:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
COFINS a Recuperar	2	2
IRPJ Estimativa 2023	885	842
CSLL Estimativa 2023	352	335
IRPJ Estimativa 2022	137	751
CSLL Estimativa 2022	137	300
IRPJ Estimativa 2021	202	337
CSLL Estimativa 2021	-	129
IR a Compensar – pagamento a maior	24	23
CSLL a Compensar – pagamento a maior	159	152
COSIRF	2	2
IRRF a Restituir	4	4
IRRF a Compensar	953	912
ISS a Restituir	5	5
Total	2.862	3.794

O IRPJ e CSLL estimativa do exercício de 2023 e 2022 ficam mantidos no ativo circulante dada a natureza da conta. Os créditos pertinentes a 2022 estão sendo utilizados como compensação de impostos federais no ano corrente. A Companhia solicitará a restituição do saldo referente a 2023 por meio do programa PER/DCOMP.

Curto Prazo:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
COFINS a recuperar	2	2
IRPJ Estimativa 2023	885	842
CSLL Estimativa 2023	352	335
IRPJ Estimativa 2022	137	751
CSLL Estimativa 2022	137	300

IRRF a restituir	4	4
IRPJ Estimativa 2021	202	337
CSLL Estimativa 2021	-	129
COSIRF a restituir	2	2
IRRF a compensar	953	912
Total	2.674	3.614

Longo Prazo:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
IR a compensar – pagamento a maior	24	23
Contribuição social a compensar – pagamento a maior	159	152
ISS a restituir	5	5
Total	188	180

7. ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

	30/06/2024	31/12/2023
Adiantamento de Férias	196	750
Adiantamento de 13º Salários	2.832	-
Total	3.028	750

Em 2024, impactado pelo 13º terceiro salário. Em 2023, apenas férias.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Saldo residual de R\$ 4.692 apropriados no curto prazo do exercício de 2024, refere-se às assinaturas, anuidades e contratos manutenção de softwares com vigência de 12 meses. Este valor será amortizado ao longo do exercício, de acordo com o princípio de competência.

Curto Prazo:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Prêmio de seguros	87	185
Assinaturas e anuidades	1.658	528
Provedores de informação	424	151
IPTU a apropriar	254	-
Manutenção de software ¹	2.269	1.314
Totais	4.692	2.178

¹ Contempla o pagamento ao fornecedor Brasoftware Informática Ltda. no valor de R\$ 1.833 em março referente a manutenção anual de softwares.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Tributários (i)	4.217	4.114
Trabalhistas (ii)	1.364	1.318
Cíveis (iii)	173	168
Total	5.754	5.600

- (i) Em 14 de junho de 2010, após autorização da Diretoria Executiva da Empresa, realizou-se o depósito judicial, no valor de R\$ 1.888 com a finalidade de suspender a exigibilidade do crédito tributário discutido nos autos da ação anulatória de seguridade social nº. 0018936-44.2010.4.01.3400 em curso perante a 13ª

Vara Federal de Brasília – DF. Tal depósito possibilitou a emissão da Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e de Terceiros em nome da EPE, em 25 de junho de 2010. A partir de 2016, os valores passaram a ser atualizados pelo Índice de Correção IPCA-e.

- (ii) Pagamentos de depósitos recursais e encargos processuais. Até outubro/2017 os valores foram atualizados pelo índice do FGTS – TR + 3% ao ano – e a partir desta data pelo índice da Poupança.
- (iii) Refere-se ao pagamento de Depósito Judicial do Processo n. 0043616-49.2017.4.01.3400, referente à multa de rescisão contratual do imóvel de Brasília/DF. Valor atualizado pelo Índice de Correção IPCA-e.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e sua depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	30.06.2024 Líquido	31.12.2023 Líquido
Instalações	10%	2.400	(839)	1.561	1.681
Máquinas e equipamentos	10%	792	(746)	46	56
Equipamentos de informática	20%	12.406	(8.809)	3.597	3.613
Móveis e utensílios	10%	2.161	(2.017)	144	165
Total		17.759	(12.411)	5.348	5.515

A movimentação do período está demonstrada a seguir:

Descrição	31.12.2023 Líquido	Adições	Baixas	Depreciação	Baixa de Depreciação	30.06.2024 Líquido
Instalações	1.681	-	-	(120)	-	1.561
Máquinas e equipamentos	56	-	-	(10)	-	46
Equipamentos de informática	3.613	690	-	(706)	-	3.597
Móveis e utensílios	165	-	-	(21)	-	144
Total	5.515	690	-	(857)	-	5.348

11. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A Companhia analisou todos os contratos de aluguel de imóveis ativos, que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento. Para os arrendamentos mercantis em que a companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos a valor presente dos pagamentos mínimos dos contratos de locação, a taxa de desconto 5,00% a.a.

Quanto a taxa de desconto, dada as características da EPE, não tem, objetivamente, parâmetros para calcular uma TIR (Taxa Interna de Retorno) nem uma taxa incremental, pois não é tomadora de recursos no mercado financeiro, não aplica caixa porque opera com dotação orçamentária do Governo Federal e não possui qualquer financiamento que não seja este aluguel de imóvel. Face a isto, a companhia buscou as seguintes opções:

- a) Taxa do contrato (IPCA);
- b) Previsão de inflação divulgada pelo Banco Central.

A Administração, dada a volatilidade, entende que o IPCA não é o mais recomendável.

Quanto a base “inflação”, o BACEN divulgou a meta para 2024 a 2026, no patamar de 3,00%, mas com 1,5% como intervalo, significando ficar nesses anos entre 1,5 e 4,5%. A administração entende que adotar a previsão oficial da inflação não traz distorções consideráveis porque o IPCA não vem se comportando muito diferente desses patamares. Calculamos com 5%, o que não causa distorção material.

Foram considerados o prazo de arrendamento conforme vigência dos contratos de arrendamento (10 anos) e a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada imóvel. Como se trata de locação de imóvel, sem intenção de compra, o ativo arrendado é depreciado, pelo método linear, de acordo com prazo do contrato.

A) MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO

Descrição	31.12.2023 Bruto	Amortização Acumulada	30.06.2024 Líquido	31.12.2023 Líquido
Direito de uso de bens	23.158	(6.811)	16.347	17.709
Total	23.158	(6.811)	16.347	17.709

O cálculo da amortização levou em conta o valor do reconhecimento inicial do ativo dividido pelo prazo remanescente do contrato em 1º de janeiro de 2022.

B) MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO

	30/06/2024	31/12/2023
Arrendamento de curto prazo	2.607	2.544
Arrendamento de longo prazo	15.124	16.443
	17.731	18.987
Saldo em 31 de dezembro de 2022	21.361	
Pagamentos do arrendamento	(1.658)	
Juros reconhecidos no resultado	510	
Saldo em 30 de junho de 2023	20.213	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	18.987	
Pagamentos do arrendamento	(1.708)	
Juros reconhecidos no resultado	452	
Saldo em 30 de junho de 2024	17.731	

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os itens classificados como intangíveis no âmbito da EPE se referem às aquisições de licenças de softwares, de acordo com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada em cinco anos.

Descrição	Taxa anual Amortização	Custo Corrigido	Amortização Acumulada	30.06.2024 Líquido	31.12.2023 Líquido
Software	20%	12.791	(10.762)	2.029	2.676
Total		12.791	(10.762)	2.029	2.676

A seguir posição do intangível com a movimentação do período:

Descrição	31.12.2023 Líquido	Adições	Baixas	Amortização	Baixa de Amortização	30.06.2024 Líquido
-----------	-----------------------	---------	--------	-------------	-------------------------	-----------------------

Software	2.676	-	-	(647)	-	2.029
Total	2.676	-	-	(647)	-	2.029

13. FORNECEDORES NACIONAIS

Na rubrica de Fornecedores estão apropriadas as obrigações com as compras de insumos e de Ativo Imobilizado e Intangível, além das obrigações por serviços prestados por fornecedores nacionais.

Seu montante de R\$ 1.061 tem como principais fornecedores a serem pagos em julho de 2024:

Fornecedores	30/06/2024	31/12/2023
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários	252	-
Centro De Pesq. De Energia Elétrica Cepel	220	-
Futura Agência de viagens e Turismo Ltda.	127	254
Austral Seguradora S.A.	-	195
Time Multisserviços Ltda.	120	15
Sodexo Pass do Brasil serviços e comércios S.A.	-	125
MGS Clean Soluções e Serviços	90	11
Viena Empreendimentos Ltda.	84	84
Exactus Consultoria Atuarial Ltda.	32	-
Light serviços de eletricidade S.A.	30	-
Microsoft Informática Ltda.	30	-
Gestão Quantum Centro De Processamento Contábil	19	-
Universidade Patativa do Assaré	-	90
Ideias Turismo Eireli	-	32
T & S locação de Mão de Obra em Geral – Ltda.	-	29
Outros	57	48
	1.061	883

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
IRPJ a recolher	304	-
CSLL a recolher	154	-
PIS e COFINS	117	3
IRRF s/ salários	2.154	2.845
INSS retido	16	33
Retenção IN 1234 – IR/CS/PIS/COFINS	300	-
Total	3.045	2.881

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Os pagamentos das obrigações sociais e trabalhistas, tais como férias, 13º salário e os respectivos encargos incidentes (INSS e FGTS), são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
Salários a pagar	5.853	3.842
13º salário e encargos	3.447	-
Férias e encargos	10.233	9.439
INSS a recolher	1.516	1.392
FGTS a pagar	-	629
Total	21.049	15.302

16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A EPE é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. A administração, com base em pareceres de seus consultores jurídicos internos e consultores tributários externos, provisiona integralmente os processos cujo risco de perda seja classificado como provável.

As ações judiciais existentes na EPE estão assim apresentadas:

A) AÇÕES COM RISCO DE PERDA PROVÁVEL

O valor provisionado leva em consideração o valor da condenação indicado na decisão contrária a EPE e não necessariamente o valor da causa.

A decisão de provisionar considera a fase processual das ações judiciais e da própria natureza das demandas (tributária, trabalhista ou cível). Em regra, solicita-se o provisionamento considerando a expectativa da execução do valor devido pela EPE.

Até junho de 2024 o valor total de provisão de contingência com risco provável de perda é de R\$ 11.181, conforme abaixo:

Descrição	31/12/2023	Atualizações	Adições	Reversões e Baixas	30/06/2024
Trabalhistas	4.036	81	-	(167)	3.950
Tributárias	6.978	251	-	-	7.229
Cível	2	-	-	-	2
Total	11.016	332	-	(167)	11.181

Trabalhistas

A EPE é ré em reclamações trabalhistas individuais, principalmente relacionadas a diferenças salariais, reintegração com pagamento de salários e danos morais e reversão de justa causa. Constituiu provisão baseada em informações históricas, modelos estatísticos e prognósticos de perda. O valor foi atualizado até 30/06/2024, conforme cálculos da PLM consultoria e já engloba os honorários de sucumbência. Esse valor é progressivo mês a mês em face do deferimento do pleito de incorporação de gratificação de função.

Tributárias

As contingências tributárias referem-se aos processos de ação anulatória de débitos fiscais e autos de infração, relacionados abaixo:

Processo nº: 04/354158/2008

Objeto: Lançamento de ISS sobre a contrapartida devida pela EPE em convênios realizados com o Ministério de Minas e Energia com o débito suspenso até o trânsito em julgado. Valor estimado: R\$ 2.584.

Processo nº: 18936-44.2010.4.01.3400

Objeto: Anular os lançamentos realizados pela RFB decorrentes dos Autos de Infração n. 372001114, 372001122, 372001130, 372001149, 372001157 372001165, 372001173 e 370923740. Discussões acerca: (i) da incidência de contribuições à seguridade social (parte patronal) sobre honorários pagos a Conselheiros (CA e CF) e Diretores; (ii) da incidência de contribuição social sobre auxílio moradia pago a empregados cedidos; (iii) da incidência contribuição à seguridade social sobre honorários de membro do CF vinculado a regime próprio; (iv) das incidências de contribuições ao Sistema "S"; (v) da existência de imunidade recíproca. Valor estimado: R\$ 4.639.

Processos Cíveis

Refere-se ao processo originado do auto de infração pelo não registro da EPE no CREA/RJ.

B) AÇÕES COM RISCO DE PERDA POSSÍVEL

Conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram constituídas provisões para demandas judiciais e administrativas que tiverem parecer da Consultoria Jurídica da EPE com avaliação de perda como possíveis.

A seguir as ações consideradas como perdas possíveis até a data do fechamento do período:

Descrição	31/12/2023	Atualizações	Adições	Reversões e Baixas	30/06/2024
Trabalhistas	360	1	4	(332)	33
Ambiental	1	-	-	-	1
Cíveis	3.798	87	-	(11)	3.874
Tributárias ¹	8.646	137	-	(450)	8.333
Total	12.805	225	4	(793)	12.241

¹ Em março de 2024, ocorreu a baixa do processo de nº 10166.911.963/2018-39 devido a compensação automática da Receita Federal Brasileira com as PER/DCOMP 36383.25454.300323.1.2.02-9801 e 04724.50863.300323.1.2.03-6305.

17. PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR

As obrigações financeiras da EPE com a ELETROS registradas no passivo circulante estão sendo cumpridas integralmente, são vencíveis até o 5º dia útil do mês subsequente aos descontos e/ou aportes diretos dos Participantes, paritariamente com a contribuição da Patrocinadora e apresentam os seguintes saldos:

Descrição	30/06/2024	31/12/2023
A – Contribuições da Patrocinadora	397	347
B – Contribuições dos Empregados	401	351
Total	798	698

18. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da EPE totalmente integralizado pela União correspondente a R\$ 31.458 em 30 de junho de 2024. A última deliberação de aumento de capital ocorreu em 30 de abril de 2024.

19. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Em atendimento ao exposto na Ata da 4ª Assembleia Geral Ordinária da Empresa de Pesquisa Energética – EPE realizada em 20 de abril de 2020, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN representante do acionista, com base no Parecer SEI Nº 6/2019/GESIE/COPAR/SUPEF/STN/FAZENDA-ME, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e da Nota Técnica SEI nº 42/2019/CGGOV/DEGOV/SEST/SEDD-ME da Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais – SEST, os recursos orçamentários recebidos em 2024 para fins de investimentos estão registrados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC, de acordo com a Macro função SIAFI 021122 (Item 2 da Ata da 4ª AGO).

O total de recursos recebidos para AFAC até junho de 2024 foi de R\$ 690, conforme a seguir:

Fonte	PF Solicitação	Data	PF Recebimento	Entrada do Recurso	Recurso Recebido
0100000000	2024PF000017	08/03/2024	2024PF000293	25/03/2024	684
0100000000	2024PF000041	06/06/2024	2024PF000505	06/06/2024	6
TOTAL RECEBIDO					690

Entende-se que para as empresas com capital 100% público, os AFAC transferidos a partir de 1º de janeiro de 2017 podem ser classificados como instrumentos patrimoniais, desde que os repasses sejam capitalizados até a Assembleia Geral Ordinária (AGO) do exercício subsequente (art. 2º, § único, Decreto nº 2.673/1998), conforme Macro função SIAFI 021122 - item 2.3.8.

20. LUCROS ACUMULADOS

Até o 2º trimestre de 2024, foi apurado um lucro contábil de R\$ 9.850, resultando em um lucro acumulado de R\$355, conforme quadro abaixo:

(-) Prejuízos acumulados saldo em 31 de dezembro de 2023	(9.495)
Lucro do período	9.850
Lucros acumulados saldo em 30 de junho de 2024	355

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR, o quadro abaixo demonstra as remunerações dos administradores e empregados, bem como os salários médios, no exercício de 2024, de acordo com o plano de Cargos e Salários da EPE, aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST:

Remuneração	Maior	Menor	Média
Diretores incluindo Presidente	R\$ 35	R\$ 12 (*)	R\$ 22
Empregados - Nível Médio	R\$ 20 (**)	R\$ 6	R\$ 8
Empregados - Nível Superior	R\$ 33 (***)	R\$ 13 (****)	R\$ 19

(*) Honorários pagos à Dirigente cedido.

(**) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Função Gratificada.

(***) Remuneração Global de empregado de cargo efetivo designado para o exercício de Cargo em Comissão.

(****) Remuneração referente à empregada com redução de carga horária aprovada pela Diretoria Executiva.

Ainda conforme determinação da CGPAR Nº 30 de 04 de agosto de 2022 os quadros abaixo apresentam os valores médios mensais das remunerações pagas aos conselheiros de administração e fiscal, bem como os gastos com benefícios a empregados até 30/06/2024:

Descrição	R\$ mil
Remuneração média mensal dos Conselheiros de administração	4
Remuneração média mensal dos Conselheiros Fiscais	4
Quantidade de empregados contratados	331
Gasto médio com previdência privada	406
Gasto médio com benefícios a empregados	686

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	30/06/2024	30/06/2023 reapresentado
Custos e despesas por função		
Custos dos serviços prestados	(50.163)	(40.532)
Despesas operacionais	(25.901)	(20.958)
	(76.064)	(61.490)
Custos e despesas por natureza		
Pessoal (i)	(58.020)	(44.832)
Materiais	(11)	(16)
Serviços de Terceiros (ii)	(9.001)	(7.928)
Gerais de Funcionamento das instalações (iii)	(4.741)	(4.723)
Gerais da Administração (iv)	(3.009)	(3.572)
Impostos, Taxas e Contribuições	(1.449)	(403)

Provisões para Contingências

Total

167	(16)
(76.064)	(61.490)

(i) Incluem as remunerações, representadas por salários (R\$31.541), provisões de férias (R\$3.928), abono pecuniário de férias (R\$405), 13º salário (R\$3.069), encargos sociais – INSS e FGTS (R\$11.498), licença maternidade e paternidade – Prorrogação (R\$179), Incorporação Função Gratificada (R\$64), benefícios - previdência privada, auxílio alimentação, transporte, moradia, creche, assistência médica e vale cultura (R\$6.475), estagiários (R\$483), despesa com jovem aprendiz (R\$27) e aquisição de pessoal (R\$351) de todos os empregados da EPE, apropriadas até o mês de junho/2024.

(ii) Os valores apropriados até junho/2024, referem-se, aos serviços de consultorias (R\$4.258), serviços de apoio técnico profissional (R\$1.432), treinamentos (R\$271), Serviços prestados por pessoas físicas (R\$7), manutenção de equipamentos de informática (R\$210), serviço fiscal/tributário (R\$144), cessão temporária e manutenção de softwares (R\$2.591) e locação de Veículos (R\$ 87).

(iii) Os custos e despesas contabilizados nestas contas incluem os valores apropriados até junho/2024, relativos à energia elétrica (R\$541), telecomunicações (R\$14), correios e malotes (R\$1), depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível (R\$1.503), Aluguéis de equipamentos (R\$23), serviços de limpeza e higiene (R\$374), serviços gerais (R\$245), condomínio (R\$662), manutenção e reparos (R\$16) e Amortização do Direito de Uso (R\$1.362).

(iv) Referem-se à honorários da diretoria (R\$703), honorários dos conselhos (R\$217), viagens de empregados a serviço da empresa (R\$512), assinaturas de bancos de dados e portais eletrônicos (R\$1.411), despesas legais e judiciais (R\$2), honorários comitê auditoria (R\$68) e seguro de responsabilidade civil (R\$97) apropriadas no período de janeiro/24 a junho/2024.

23. SUBSÍDIOS DO TESOUREIRO NACIONAL

O saldo da conta representa os valores liberados pelo Tesouro Nacional, a título de subsídios públicos, com o objetivo de prover recursos para a cobertura dos custos, despesas e investimentos da EPE, na condição de empresa pública dependente e integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
A – Recursos recebidos do Tesouro Nacional	79.053	63.602
Total	79.053	63.602

24. REEMBOLSO DE CUSTOS E DESPESAS – LEILÕES ANEEL

O saldo da conta refere-se aos ressarcimentos dos valores feitos pela ANEEL referentes aos estudos constantes na documentação técnica dos empreendimentos que compõem os lotes do leilão de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão ANEEL 02-2023 - Processo 48500.000529/2023-13 e Leilão ANEEL 01-2024 - Processo 48500.001560/2023-71.

Descrição	30/06/2024	30/06/2023
Reembolso de custos e despesas – Leilões ANEEL	9.824	1.924
Total	9.824	1.924

Em 2024 impactado positivamente pelos recebimentos de reembolso de leilões.

Detalhamento dos recebimentos dos lotes:

Leilão ANEEL 02-2023 Processo 48500.000529/2023-13						
Lotes	Mês inicial correção monetária	Valor Original	Mês final correção monetária	Valor final com correção monetária	Data de recebimento	Correção monetária
1	abr/23	6.488	jan/24	6.677	28/02/2024	189

2	abr/23	266	jan/24	273	29/02/2024	7
3	abr/23	97	dez/23	99	31/01/2024	2
		6.851		7.049		198

Leilão ANEEL 01-2024 Processo 48500.001560/2023-71					
Lotes	Valor Original	Mês final correção monetária	Valor final com correção monetária	Correção monetária	Data de recebimento
1	220	abr/24	227	7	31/05/2024
2	196	abr/24	203	7	29/05/2024
3	121	abr/24	125	4	31/05/2024
4	248	mai/24	257	9	14/06/2024
5	621	abr/24	641	20	31/05/2024
7	600	abr/24	619	19	31/05/2024
8	196	mai/24	203	7	17/06/2024
10	231	mai/24	239	8	14/06/2024
11	306	mai/24	317	11	14/06/2024
12	114	mar/24	118	4	30/04/2024
13	120	mar/24	124	4	29/05/2024
	2.973		3.073	100	

25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/06/2024	30/06/2023 reapresentado
Rendas de Variações Monetárias	615	298
Total	615	298
Despesas Financeiras		
Variações Monetárias	(366)	(963)
Encargos do arrendamento	(451)	(511)
Juros pagos ou incorridos	(34)	-
Total	(851)	(1.474)
Resultado Financeiro Líquido	(236)	(1.176)

Em 2024 impactado pelas atualizações de reembolso de leilões.

26. APURAÇÃO IRPJ E CSLL

- a) Em 2024 a empresa está enquadrada no regime tributário Lucro Real com Antecipação Mensal por Estimativas conforme apuração abaixo:

	30/06/2024		30/06/2023 reapresentado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	12.813	12.813	2.860	2.860
Adições	2.552	2.552	2.939	2.939
Exclusões	(1.875)	(1.875)	(1.658)	(1.658)
Base de cálculo antes das compensações negativas	13.490	13.490	4.141	4.141
Alíquota utilizada para cálculo	15% e 10%	9%	15% e 10%	9%

Total dos incentivos fiscais	(235)	-	(99)	-
DESPESA IRPJ/CSLL	2.113	850	613	261
IRPJ/CSLL pagos por estimativa	(1.809)	(696)	(842)	(335)
IRPJ / CSLL a recolher	304	154	-	-

b) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

	30/06/2024	30/06/2023 reapresentado
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	12.813	2.860
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(4.356)	(972)
Reconciliação para a taxa efetiva		
Adições:		
Licença paternidade e maternidade prorrogada	(62)	(27)
Provisão de processos/Variações monetárias	-	(6)
Variações monetárias de provisões judiciais	(113)	(327)
Outras adições	(77)	(2)
Aprop. Juros arrendamento mercantil	(153)	(174)
Amortização arrendamento mercantil	(463)	(463)
Exclusões:		
Amortização de arrendamento mercantil	581	564
Reversão de variações monetárias	56	-
Lucro real antes compensação de prejuízos fiscais		
Compensação base negativa e prejuízo fiscal	1.376	422
Lucro real após compensação de prejuízos fiscais		
Diferença do adicional de 10%	12	12
Incentivos fiscais	236	99
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.963)	(874)
Alíquota efetiva	23,12%	30,57%

27. PARTES RELACIONADAS

De acordo com o item 9 do CPC 05, Parte Relacionada é a pessoa ou a entidade que está relacionada com a entidade que está elaborando suas demonstrações contábeis. A Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE (Política e Diretriz nº PDG-COA-012) arrola, em seu item nº 2 (definições), as pessoas físicas e/ou jurídicas que, além da União, devem ser reputadas partes relacionadas à EPE. A referida política também define a transação com parte relacionada como sendo qualquer ajuste de obrigações, por qualquer instrumento ou fundamento, entre a EPE e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado uma contrapartida financeira. Levando-se em consideração este conceito, em cumprimento à obrigação trazida pelo item nº 6.3 da já mencionada política, é possível afirmar que, no 2º Trimestre de 2024, os quadros abaixo demonstram as transações com partes relacionadas, todas celebradas pela EPE, (i) em conformidade com a Política de Transação com Partes Relacionadas da EPE; (ii) com pessoas jurídicas de direito público e privado; (iii) sem cobrança de contrapartida financeira; e (iv) destinados ao desempenho de suas competências, conforme autoriza o § 2º do art. 5º do Estatuto da EPE:

A EPE é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União, possui transações decorrentes dos repasses recebidos através do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal e efetuada pagamentos de servidores/empregados públicos requisitados, pela EPE, para

compor o quadro e de diretores, conselheiros e membros de comitê de auditoria. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro a seguir.

Quadro 1 – Remuneração do pessoal-chave da administração

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da Diretoria Executiva e os membros do Conselho de Administração e Fiscal.

O montante registrado (conforme quadro abaixo) é relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário, gratificações e benefícios de curto prazo.

	30/06/2024	30/06/2023
Diretores	704	571
Conselheiros de Administração e Fiscal	217	185

A EPE possui em seus quadros funcionários cedidos/requisitados/movimentados de/para, outros órgãos da administração pública, de acordo com o decreto 10.835/2021. A EPE não efetua e não recebe ressarcimento de servidores/empregados que os órgãos de origem façam parte do Orçamento Fiscal da União. O quadro abaixo apresenta a quantidade de servidores/empregados cedidos/requisitados:

Quadro 2 – Servidores/empregados cedidos de outros órgãos para EPE

CARGO NA EPE	CONDIÇÃO	ORGÃO	RESSARCIMENTO
Auditor Interno	Requisitado	CGU	Não
Assessor de Diretor	Requisitado	STJ	Sim
Chefe de Gabinete	Requisitado	MGI	Não
Assessor de Presidente	Requisitado	BB	Sim
Consultor Técnico III	Requisitado	IFRO	Não

Quadro 3 – Servidores/empregados cedidos da EPE para outros órgãos

CARGO NA EPE	CONDIÇÃO	ORGÃO	RESSARCIMENTO
Analista de Pesquisa	Cedido	MME	Não
Analista de Pesquisa	Cedido	MME	Não
Analista de Pesquisa	Cedido	GSP	Sim
Analista de Pesquisa	Cedido	Eletronuclear	Sim
Assistente Administrativo	Cedido	Eletronuclear	Sim
Analista de Pesquisa	Cedido	CETESB	Sim
Analista de Gestão	Movimentado	ANP	Não
Analista de Gestão	Movimentado	MGI	Não

De acordo com capítulo 3, artigo 17 de seu Estatuto Social possui os seguintes órgãos estatutários remunerados em sua estrutura: Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria. O Quadro abaixo apresenta a composição dos cargos estatutários ocupados por servidores/funcionários da administração pública:

Quadro 4 – Diretores/Conselheiros da Administração Pública

CARGO NA EPE	ORGÃO
Diretor Presidente e Conselheiro de Administração	Agência Nacional de Energia Elétrica
Diretor de Estudos de Petróleo, Gás, e Biocombustíveis – DPG	Agência Nacional do Petróleo
Diretor de Estudos de Energia Elétrica	Agência Nacional de Energia Elétrica
Conselheiro de Administração (um)	EPE
Conselheiro de Administração (dois)	Ministério de Minas e Energia
Conselheiro de Administração (um)	Ministério da Fazenda
Conselheiro de Administração (um)	Ministério da Gestão e Inovação
Conselheiro Fiscal (dois titulares e dois suplentes)	Ministério de Minas e Energia
Conselheiro Fiscal (um titular e um suplente)	Ministério da Fazenda

Quadro 6 – Com participação em outros órgãos e empresas

Cargo na EPE	Outro cargo estatutário em empresa ou órgão público	Sócio em empresa
Conselheiro Fiscal	. Nuclebras Equipamentos Pesados.	Não
Conselheiro Fiscal	. Hospital de Clínicas de Porto Alegre.	Não
Conselheiro de Administração	. Companhia Brasileira de Trens Urbanos	Não
Conselheiro de Administração / Diretor	. Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica	Não
Comitê de Auditoria	. Invepar Holdings 2 LLC . Energisa S.A. . Oncoclinicas do Brasil Serviços Médicos S.A.	. Faerun Treinamento e Consultoria em Inovação e Tecnologia Ltda. . Vcic Treinamento em Desenvolvimento Profissional Ltda.
Comitê de Auditoria	. Autoridade Portuária de Santos. . Energisa . Banco Bradesco. . Inst. Bras. Gover. Corporativo . Fundação Univ. de Brasília	. Simão e Melo Consultoria e Treinamento . FEC Serviços

Informações adicionais:

- Diretores cedidos à EPE: ANEEL e ANP. Nenhum dos dois órgãos recebe ressarcimento. Não há pagamento de INSS nem FGTS.
- Para os conselheiros que possuem cargo estatutário não há recolhimento de INSS, para os demais há recolhimento de INSS.

Partes Relacionadas com Pessoa Jurídica

Acordos de cooperação técnica

Conveniente	Tipo de Relação	Objeto	Vigência
Petróleo Brasileiro AS - Petrobrás	Protocolo de intenções ou memorando de entendimentos	Protocolo de Intenções para a realização de Acordo de Cooperação a ser firmado entre a EPE e Petrobras para intercâmbio de convites e oferta de vagas na Universidade Petrobras.	Em andamento
Universidade Federal Fluminense – UFF; Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS;	Protocolo de intenções ou memorando de entendimentos	Memorando de Entendimentos a ser celebrado entre a EPE, a State Grid Brazil Holding (SGBH), o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) a Universidade Federal Fluminense (UFF), o Centro de Inovação da Universidade de São Paulo (Inova USP) e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para a formação da Aliança para a Inovação (Innovation Alliance), uma parceria para troca de informações e experiências sobre novas tecnologias com foco em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), sem repasse de recursos.	Em andamento
Banco do Brasil S.A. - BB	Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de cooperação técnica para utilização de sistema eletrônico de licitações entre a Empresa de Pesquisa Energética - EPE e o Banco do Brasil S.A.	Em andamento
Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL	Acordo de Cooperação Técnica	Ações de cooperação por meio de compartilhamento de bases de dados e informações institucionais.	01/03/2024 a 01/03/2029
Pré-sal Petróleo S.A (PPSA)	Acordo de Cooperação Técnica	Promoção do desenvolvimento de atividades econômicas integrantes da Indústria do Petróleo, do Gás Natural, dos Biocombustíveis e da Energia.	27/02/2024 a 26/02/2029
Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS	Acordo de Cooperação Técnica	Cooperação Técnico-Operacional que entre si celebram a Empresa de Pesquisa Energética – EPE e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, para fins de intercâmbio de dados e informações e	31/08/2023 a 30/08/2028

		elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições. Fundamento: art. 5º, § 2º, inciso I do Estatuto Social da EPE	
Agência Nacional de Petróleo – ANP	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Intercâmbio de informações e elaboração de estudos (DPG/GAB)	11/01/2023 a 10/01/2028
Agência de Promoção de Exportações do Brasil (APEX-BRASIL)	Protocolo de intenções	Definição das linhas gerais de colaboração entre as PARTES no desenvolvimento de iniciativas favoráveis a atração de investimentos para adensamento das cadeias produtivas e para projetos de infraestrutura dos setores prioritários.	09/11/2022 a 09/11/2026
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES	Acordo de Cooperação Técnica	Realização de uma avaliação dos efeitos locais da construção de usinas hidrelétricas.	27/07/2022 a 27/01/2025
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	Acordo de Cooperação Técnico-Operacional	Constitui objeto do acordo o estabelecimento de regras entre as partes para fins de: (a) intercâmbio dos dados e informações estritamente necessários ao desenvolvimento das atividades das PARTES; e (b) elaboração de estudos conjuntos, resguardadas as competências das instituições.	28/07/2020 a 28/07/2025
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	Acordo de Cooperação Técnica	Instituir a cooperação dos partícipes com vistas ao fortalecimento e aprimoramento das estatísticas econômicas oficiais, visando à compatibilização conceitual das mesmas e à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados objetivando a elaboração das Contas Econômicas Ambientais de Energia do Brasil.	11/06/2021 a 11/06/2026
Fundação Parque Tecnológico Itaipu - Brasil	Acordo de Cooperação Técnica	Acordo de cooperação técnica que tem por objeto estabelecer as diretrizes sob as quais os partícipes, em comum acordo, se propõem a realizar o intercâmbio de conhecimento e elaboração de estudos energéticos sobre o potencial energético e estimativas de viabilidade técnica e econômica no mercado de energia.	03/09/2021 a 03/09/2025

28. CONCILIAÇÃO ENTRE O BALANÇO SOCIETÁRIO E O BALANÇO SIAFI

Em cumprimento ao Acórdão nº 2016/2006 do Tribunal de Contas da União – TCU, publicado no Diário Oficial da União em 6 de novembro de 2006, apresentamos a seguir as conciliações dos saldos das contas dos Balanços Patrimoniais registrados de acordo com a Lei nº 6.404/76 e suas alterações com os saldos registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em conformidade com Lei nº 4.320/64, o DL nº 200/67, e a Lei Complementar nº 101/2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal e suas atualizações.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Ativo Circulante	57.731	57.729	2
Ativo Não Circulante	28.531	29.666	(1.135)
Total do Ativo	86.262	87.395	(1.133)
Passivo Circulante	27.068	28.587	(1.519)

Passivo Não Circulante	26.305	26.305	-
Patrimônio Líquido	32.889	32.503	386
Total do Passivo e Patrimônio líquido	86.262	87.395	(1.133)

A conciliação apresentou uma diferença no total de (R\$ 1.133). Não foi possível o ajuste no SIAFI em razão do prazo de fechamento do sistema ser exíguo para a conciliação entre os encerramentos da contabilidade privada e pública.

As justificativas por grupamento do Balanço Patrimonial estão descritas abaixo:

a) O ativo circulante apresentou uma diferença de R\$ 2 conforme demonstrado na tabela abaixo. Outros créditos referem-se ao registro de valores a receber pela cessão de funcionários a outros órgãos.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Outros créditos	2	-	2
Total	2	-	2

b) O ativo não circulante apresentou uma diferença de (R\$ 1.135) referente ao reconhecimento de direitos de uso (contrato de aluguel) a ser considerado no SIAFI no próximo mês.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Direito de uso (aluguel de imóveis)	15.212	16.347	(1.135)
Total	15.212	16.347	(1.135)

c) O passivo circulante apresentou uma diferença de (R\$ 1.519), impactada pelos fornecedores, obrigações fiscais, obrigações trabalhistas e demais obrigações em função da diferença de critérios. A regularização dos ajustes na Lei 4.320/64 se dará no próximo mês.

Descrição	Lei 4.320/64	Lei 6.404/76	Diferença
Fornecedores	618	1.061	(443)
Obrigações Fiscais/Retenções tributárias	2.108	5.652	(3.544)
Obrigações Trabalhistas e Sociais/Cessão de pessoal/Previdência privada complementar	21.655	21.874	(219)
Demais Obrigações de CP	2.687	-	2.687
Total	27.068	28.587	(1.519)

d) O passivo não circulante não apresentou diferença.

e) As diferenças no patrimônio líquido estão diretamente relacionadas as informações prestadas nos itens (a), (b) e (c) e deverão ter suas regularizações providenciadas no próximo mês.

29. SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

A cobertura de seguros, em valores de 30 de junho de 2024, é assim demonstrada:

Modalidade	Montante cobertura	Vigência
Responsabilidade civil	R\$ 195	31/12/2024

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

REINALDO DA CRUZ GARCIA
Presidente Substituto

HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
Diretora Substituta de Estudos Econômico-Energéticos e
Ambientais

HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
Diretora de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

REINALDO DA CRUZ GARCIA
Diretor de Estudos de Energia Elétrica

HELOISA BORGES BASTOS ESTEVES
Diretora Interina de Gestão Corporativa

SANDRO DA SILVA ABILIO
Contador – CRC-RJ 093927/0

2T.24_Demonstrações Intermediárias - EPE.pdf

Documento número #53a7e485-27f5-467d-8b38-2411516cedfb

Hash do documento original (SHA256): 864f5eda53d5ea860251ded0d130cfb65a935f546475724731f667e2b743618c

Assinaturas

 **Heloisa Borges Bastos Esteves**
Assinou em 23 ago 2024 às 15:06:48

 **Reinaldo da Cruz Garcia**
Assinou em 27 ago 2024 às 14:00:34

 **Sandro da Silva Abilio**
CPF: 047.501.187-29
Assinou em 23 ago 2024 às 15:16:49

Log

23 ago 2024, 15:02:25	Operador com email nayana.marins@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 criou este documento número 53a7e485-27f5-467d-8b38-2411516cedfb. Data limite para assinatura do documento: 30 de agosto de 2024 (23:59). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
23 ago 2024, 15:02:26	Operador com email nayana.marins@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: heloisa.esteves@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Heloisa Borges Bastos Esteves.
23 ago 2024, 15:02:26	Operador com email nayana.marins@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: reinaldo.garcia@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Reinaldo da Cruz Garcia.
23 ago 2024, 15:02:26	Operador com email nayana.marins@epe.gov.br na Conta 9ff5c315-4340-4725-bec4-76ac5b6b51d6 adicionou à Lista de Assinatura: sandro.abilio@epe.gov.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Sandro da Silva Abilio.

23 ago 2024, 15:06:48	Heloisa Borges Bastos Esteves assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail heloisa.esteves@epe.gov.br. IP: 179.176.56.35. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -22.9801984 e longitude -43.2177152. URL para abrir a localização no mapa: https://app.clicksign.com/location . Componente de assinatura versão 1.963.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
23 ago 2024, 15:16:49	Sandro da Silva Abilio assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail sandro.abilio@epe.gov.br. CPF informado: 047.501.187-29. IP: 191.57.20.211. Componente de assinatura versão 1.963.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
27 ago 2024, 14:00:34	Reinaldo da Cruz Garcia assinou. Pontos de autenticação: Token via E-mail reinaldo.garcia@epe.gov.br. IP: 189.9.51.135. Componente de assinatura versão 1.966.0 disponibilizado em https://app.clicksign.com .
27 ago 2024, 14:00:35	Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 53a7e485-27f5-467d-8b38-2411516cedfb.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 53a7e485-27f5-467d-8b38-2411516cedfb, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.